



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

RECURSO ADMINISTRATIVO

Requerente: ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA

Referente ao Processo nº 8.331/2023

Pregão Eletrônico nº 030/2023

Trata-se de **RECURSO ao Edital do Pregão Eletrônico nº 030/2023**, interposto pela empresa **ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 03.899.222/0001-86, com sede na Alameda Araguaia No. 2044, Bloco 1, Sala 1014, Bairro Alphaville, neste ato representado pelo Sr. Benjamin Hanoch.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I (...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 06/02/2024, conforme preâmbulo deste Edital. Assim, assistindo ao objeto do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entreposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 8.331/2023 de pregão eletrônico contratação de empresa especializada no fornecimento, por subscrição de solução de proteção, detecção e resposta a incidente de endpoint para a proteção e segurança de dados e informações dos computadores da Prefeitura Municipal de Saquarema, incluindo atualizações, garantia e suporte técnico, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“1. INTRODUÇÃO Este recurso visa impugnar a habilitação e declaração de vencedor da empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, por violação às normas editalícias e aos princípios regentes da administração pública, especificamente no que tange à licitação pública. 2. DA TEMPESTIVIDADE Este recurso é interposto dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis após a convocação do Pregoeiro, ou seja, até 09/02/2023, garantindo sua tempestividade e validade para apreciação. 3. DOS FATOS Identificou-se, durante o pregão eletrônico nº 030/2023, comportamento por parte da IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA que comprometeu a isonomia entre os licitantes. A emissão de lances em intervalos temporalmente reduzidos, impossíveis de serem praticados humanamente, indica a utilização de mecanismos automatizados para a emissão de lances, uma prática que transgride não somente as normativas do edital, mas também os fundamentos da licitação pública, prejudicando a competição equitativa e a seleção da proposta mais benéfica para a Administração Pública. Subsequentemente, a IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, ao ser declarada vencedora, apresentou sua proposta comercial ajustada ao valor do último lance, incluindo o desconto negociado. Entretanto, a proposta não menciona especificamente a marca e o modelo do produto ofertado, contrariando diretamente o item 12.1.2 b do edital que exige a clara identificação das especificações técnicas, marcas e modelos, conforme também determinado pelo art. 31 da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. Este descumprimento configura uma violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, comprometendo a integridade e a transparência do processo licitatório. 4. DO DIREITO 4.1. Da Ilegalidade do uso de Robôs em Lances O emprego de sistemas automatizados pela IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA para a inserção de lances viola frontalmente os princípios de isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e competitividade, consagrados pela Constituição Federal e pelas legislações aplicáveis ao regime de licitações no Brasil, tais como a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/2002. Tal prática distorce o objetivo da licitação de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e justa, comprometendo a igualdade de condições entre os participantes. O Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 1216/2014, já se manifestou sobre a questão,



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

apontando a vantagem competitiva indevida conferida aos licitantes que utilizam tais ferramentas tecnológicas, ainda que não exista vedação expressa nas normativas que regem os pregões eletrônicos. Essa interpretação reforça o entendimento de que medidas devem ser adotadas para garantir a preservação da isonomia e da integridade do processo licitatório. A prática observada viola os princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, competitividade, e principalmente, da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Estes princípios, consagrados tanto na Constituição Federal quanto na Lei nº 8.666/93 (art. 3º) e na Lei nº 10.520/2002, constituem o alicerce sobre o qual se constrói o regime de licitações públicas no Brasil. O uso de robôs para a formulação de lances em pregões eletrônicos é incompatível com o espírito da competição leal, violando diretamente o art. 3º da Lei nº 8.666/93, que estabelece o objetivo da licitação como a garantia da observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Além disso, contraria o art. 4º da Lei nº 10.520/2002, comprometendo a igualdade de condições a todos os licitantes, um pilar essencial para a integridade do processo licitatório.

4.2. Do Descumprimento dos Termos Editalícios pela Proposta Comercial A empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, declarada vencedora, apresentou sua proposta comercial reajustada ao valor do último lance e com o desconto negociado, após a finalização dos lances. Contudo, a proposta não menciona especificamente a marca e o modelo da solução ofertada, contrariando diretamente o item 12.1.2 b do edital, que exige a identificação clara das especificações técnicas, marcas, e modelos, conforme exigido também pelo art. 31 da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor. Este descumprimento configura uma violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, comprometendo a integridade e a transparência do processo licitatório. A empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA, falhou ao não especificar marcas e modelos da solução ofertada, uma exigência explícita do edital. Esse descumprimento viola diretamente o item 12.1.2 b do edital e o artigo 31 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Além disso, alinha-se com a disposição do item 12.5.1 do edital, que estabelece a desclassificação de propostas incompletas ou que contenham limitações ou condições divergentes do edital. A omissão de informações detalhadas na proposta vai contra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, afetando a transparência e a integridade do processo licitatório. Jurisprudências relevantes, como aquelas do Tribunal de Contas da União (TCU), têm enfatizado a importância da completa aderência às exigências do edital para garantir um processo de licitação justo e competitivo. Em decisões semelhantes, o TCU tem reiterado que a falta de informações detalhadas na proposta pode resultar na desclassificação, em respeito aos princípios da legalidade e da vinculação ao edital.

5. DAS PROVAS

5.1. Da Ilegalidade do uso de Robôs em Lances A relação de lances documentada na ata do pregão revela intervalos de tempo entre lances que são humanamente impraticáveis, sugerindo fortemente o uso de automação por parte da empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. Notadamente, os lances efetuados por esta empresa apresentam intervalos de DÉCIMOS DE SEGUNDOS que desafiam a capacidade de reação humana, como demonstrado a seguir, através de tabela de lances disponível na Ata do Pregão, com os lances destacados (cores) indicando os intervalos curtos questionados: ATA DO



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

PREGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00030/2023 (SRP) Às 10:00 horas do dia 25 de janeiro de 2024, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 486/2023 de 26/06/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 8331/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00030/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento, por subscrição de solução de proteção, detecção e resposta a incidente de endpoint para a proteção e segurança de dados e informações dos computadores da prefeitura municipal de saquarema, incluindo atualizações, garantia e suporte técnico, pelo período de 36 (trinta e seis) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados. Lances: Valor do Lance CNPJ/CPF Data/Hora Registro Lance da Empresa: R\$ 462,8600 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:00:02:700 R\$ 460,0000 44.270.188/0001-63 25/01/2024 10:00:02:700 R\$ 436,9500 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:04:867 R\$ 420,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:16:46:530 ESYWORLD R\$ 398,9500 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:47:040 IMAGITECH R\$ 390,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:16:58:387 ESYWORLD R\$ 370,4600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:59:010 IMAGITECH R\$ 369,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:17:41:813 ESYWORLD R\$ 350,5100 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:17:44:223 IMAGITECH R\$ 349,0000 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:19:04:883 R\$ 331,5100 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:19:05:403 R\$ 330,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:19:55:020 ESYWORLD R\$ 313,4600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:19:56:487 IMAGITECH R\$ 330,0000 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:22:46:970 R\$ 312,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:23:23:697 ESYWORLD R\$ 296,3600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:23:25:157 IMAGITECH R\$ 313,0000 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:24:36:387 R\$ 459,9900 37.486.551/0001-17 25/01/2024 10:24:51:943 É relevante destacar, conforme evidenciado na tabela apresentada, que a IMAGETECH realizou cinco lances, dos quais três foram executados em intervalos de um segundo, um em dois segundos, e outro em três segundos. Levando em conta o intervalo temporal requerido pelo sistema informático para registrar cada lance, chega-se à conclusão de que os lances efetuados pela IMAGETECH ocorreram em uma fração de segundos, especificamente em décimos de segundo. Esta observação sugere a utilização de métodos automatizados na inserção de lances, ultrapassando as capacidades humanas de interação com o sistema, o que levanta questões sobre a observância dos princípios de isonomia e equidade no processo licitatório. 5.2. Da Violação das Condições Editalícias na Proposta Comercial A submissão da proposta ajustada pela IMAGETECH, efetuada após a finalização da fase de lances, revela notória inobservância ao Item 12.1.2b, quanto à delimitação das especificações técnicas detalhadas, mandatárias conforme o edital, notadamente no que tange à indicação de MARCA e MODELO dos itens ofertados. Vejamos: “12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: 12.1.2. Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos: b) Especificações técnicas, MARCAS,



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

MODELO, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;” Esta ausência configura infração explícita ao item 12.5.1 do edital, que preconiza a DESCLASSIFICAÇÃO de propostas que não apresentem informações claras o suficiente para a identificação quantitativa e QUALITATIVA do objeto licitado. Vejamos: “12.5.1 SERÃO DESCLASSIFICADAS ainda as propostas que: a) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto. b) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente edital.” A falta de especificações detalhadas na proposta apresentada obstaculiza a avaliação precisa da competência técnica da solução proposta em satisfazer os requisitos particulares estabelecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA. Surge a indagação acerca da capacidade da Administração Pública em classificar e aceitar uma proposta comercial sem a devida especificação de marca e modelo da solução ofertada, impossibilitando a verificação do atendimento às especificações técnicas estipuladas no Termo de Referência. Adicionalmente, levanta-se o questionamento sobre a garantia pela Administração de que a solução ofertada durante o procedimento licitatório corresponderá efetivamente àquela fornecida no momento da contratação. A ausência de especificação detalhada de marca e modelo na proposta comercial torna impraticável a verificação prévia de conformidade com as exigências técnicas estabelecidas. Isso desafia diretamente os princípios de eficiência, eficácia e moralidade administrativa, além de colocar em risco a satisfação das necessidades da Administração Pública, conforme preconizado pela Lei nº 8.666/93 e reforçado pela jurisprudência pertinente, comprometendo a execução contratual alinhada às expectativas e especificações técnicas previamente definidas. Esta lacuna constitui uma transgressão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, assegurado pela Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), em especial ao seu art. 3º, que sublinha a garantia da igualdade de condições a todos os concorrentes e a escolha da proposta mais vantajosa, reforçando a importância da estrita adesão às disposições editalícias. A apreciação jurídica dessa questão sublinha a importância de aderir estritamente às exigências do edital, alinhando-se à jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Solicita-se respeitosamente ao Pregoeiro que aplique o mesmo nível de rigor na avaliação do cumprimento da proposta da empresa vencedora ao que foi empregado durante a análise da documentação de habilitação. Na fase de habilitação, observou-se uma meticulosidade exemplar na verificação da conformidade de cada documento com as exigências editalícias, critério que inclusive levou à inabilitação de empresas participantes. Assim, impera a necessidade de assegurar que a proposta vencedora esteja igualmente em estrita aderência com todas as especificações e requisitos estabelecidos no edital, garantindo a integridade e a justiça do processo licitatório.”

Resposta ao Recorrente:

Quanto as alegações trazidas pelo licitante, deve-se observar o princípio da eficiência no que tange as contratações públicas, que, em primazia norteiam de modo mais satisfatório possível as



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

ações de seus agentes e resultados no contexto da Administração, ao passo que observou-se os devidos procedimentos de habilitação das empresas concorrentes afim de se adquirir o melhor preço para a Administração, sendo verificada e comprovada a validade das certidões juntadas pela empresa **IMAGETECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, no formato que se segue:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Devendo ainda considerar que a formulação das propostas

atenderam os requisitos do Edital na forma que consagra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Não obstante, a documentação que menciona a recorrente está disponível em sítio eletrônico, mantida a devida publicidade aos atos realizados no domínio do ComprasNet.

Já quanto a utilização de softwares para automatização de lances, resta infundados os argumentos apresentados pela recorrente pois não se baseiam em fatos, mas sim em suposições considerando o lapso entre os lances ofertados em disputa.

Deve-se esclarecer, portanto, que a instrumentalização e organização de pessoal para participação de pregão eletrônico da empresa, ora consagrada vencedora, não são objeto de averiguação por parte da recorrente, tampouco da Administração, considerando a observância aos princípios constitucionais que regem os procedimentos administrativos, cabendo à esta Administração o compromisso de verificar a incidência de hipóteses de penalidades penais e administrativas em eventuais ocorrências e descumprimento, o que não se aplica até o presente momento.

A administração pública rege-se ainda pelas diretrizes de todo ordenamento jurídico, através de fontes imediatas e mediatas, considerando indubitavelmente os princípios da competitividade e economicidade para compras públicas, é sabido que o recurso administrativo é uma ferramenta utilizada em licitações públicas para questionar as decisões administrativas e resguardar os



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

direitos dos licitantes, no entanto, não fora possível comprovar as alegações realizadas pela empresa recorrente **ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA**.

Em conclusão, entendo que o referido recurso não merece prosperar pois foram observados critérios justos e proporcionais para seleção e habilitação da empresa **IMAGETECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, bem como contrarrazões atinentes a veracidade dos fatos tempestivamente apresentadas.

I. DA CONCLUSÃO E DECISÃO:

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito julgo como **IMPROCEDENTE**.

Firmo que a impugnante **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 030/2023.

Mantenho a decisão de habilitação à licitante **IMAGETECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** pelo cumprimento do edital.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Saquarema, 27 de fevereiro de 2024.

GUILHERME CASTRO
Pregoeiro